

A IMPRENSA NO PÓS-ABOLIÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E AS AUTORIDADES POLÍTICAS DO MARANHÃO E BAHIA (1887-1889)

Ana Alice Araújo Cantanhede¹

Introdução

Sabe-se que o contexto histórico que envolve o período da abolição do sistema escravista no Brasil, apresenta uma discussão para além do contexto econômico, abrangendo a atmosfera política e social. Pensando nessa vertente, torna-se pertinente analisar as relações político-sociais que foram estabelecidas durante o processo de emancipação, assim como os feitos de organizações negras que buscavam denunciar as condições de trabalhos dos negros escravizados, além de reivindicar pela ocupação dessas pessoas em outros espaços.

As experiências negras se desenvolveram em vários espaços com manifestações que tinham por objetivo melhores condições de trabalho, mas também de se legitimar enquanto cidadãos brasileiros, passando por um longo processo de construção de sua identidade nacional e racial. Um importante reflexo dessa luta se constituiu na figura de uma imprensa que surgia com o intuito de denunciar as discriminações raciais, e que a princípio era ocupada por um grupo de homens negros livres onde se direcionavam a uma população que tinha a mesma aparência, ou tido a mesma experiência. A imprensa brasileira do século XIX adotou um caráter de denúncia às injustiças sociais, passando por uma reconfiguração, onde se tornou uma expressão direta de determinados públicos e seus objetivos como, por exemplo, a imprensa abolicionista.

Faz-se necessário a partir deste ponto, compreender a importância da atuação da imprensa abolicionista, onde um razoável número de negros letrados conseguiu assimilar, em diferentes momentos, ideias de interesse coletivo, onde a emancipação dos escravos se tornava sua principal bandeira política, assim como a legitimação de seus direitos. Embora grande parte dos jornais fossem assumidos por homens negros livres, não eram jornais compostos unicamente por pessoas negras, pois ser abolicionista era um posicionamento político que abrangia um amplo leque de interesses. Por isso, se torna necessária a compreensão de que a escravidão se enraizava nos hábitos sociais, e o que significava progresso para uns, para outros representaria uma instabilidade social.

¹ Graduanda do curso de História-licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão.

O Brasil incorporou um sistema escravista predominante até o século XVIII, porém com a chegada do século XIX essa cena passou por um amplo processo de mudanças na estrutura econômica, política e social. Em uma breve análise desse progresso, torna-se perceptível que a ideia da abolição do sistema escravista soava como um fator improvável para a elite, tendo em vista que era a base que sustentava a economia, os partidos e a sociedade aristocrática desde os primeiros passos da construção dessa nação. Como bem pontua Ângela Alonso em sua obra *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)* “a escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural”. (ALONSO, 2015, p. 29). A escravidão negra no Brasil se configurou por tratar o homem como objeto, vinculando-o ao trabalho forçado.

Com a maré de mudanças que estavam acontecendo no cenário social brasileiro, a imprensa ocupou um espaço de destaque, ainda que a mesma não fosse um mecanismo de comunicação de fácil acesso para toda a população. A imprensa brasileira em alguns momentos se confundia com a literatura, pois por inúmeras vezes apresentou narrativas poéticas ou semelhantes a obras literárias. Além disso, os periódicos chamavam a atenção de seus leitores por trazerem notícias do dia a dia e principalmente por trazer um noticiário internacional. A imprensa brasileira obteve desenvolvimento e passou a ser a principal representante das ideias e reivindicações dessa população. Como exemplo, temos a imprensa abolicionista que surgiu como uma expressão da campanha pela emancipação, e tornou-se o principal meio de divulgação das ideias e práticas deste movimento no Brasil.

Esses periódicos surgiram com o objetivo de denunciar às condições as quais estavam expostas as pessoas que viviam dentro do sistema escravista, reivindicando a libertação dos mesmos, além de evidenciar a discriminação racial, social e a escassez de espaços para a ocupação dos ditos “homens de cor”.

Esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratemplos – entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos afins – negros formularam uma própria e tornaram-na pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los (PINTO, 2006, p. 27-28).

Aspectos do movimento abolicionista no Brasil

A abolição assombrava o sistema político e com o início da década de 1880, as pressões pelo fim da escravidão se intensificavam e o movimento abolicionista ganhava simpatia popular. Mas, alguns setores permaneceram contrários à abolição até o fim, pois representava uma modificação não só na produção da economia, como também um abandono de valores desses senhores, onde os mesmos acabariam por perder seu status social. As ideias abolicionistas tiveram grande aceitação no âmbito urbano, como pontua a Emília Viotti, “o movimento abolicionista foi essencialmente urbano, mesmo quando se estendeu às senzalas, levando a insurreição às massas escravas com o intuito de acelerar as reformas necessárias” (VIOTTI, 1999, p. 330).

A partir de 1860, o movimento abolicionista passou a contar com fortes lideranças de homens negros como Luis Gama, que se propôs a defender judicialmente os escravizados que a ele recorriam, além de atuar na imprensa. Gama se reconhecia enquanto homem negro e colocava em evidencia o quanto a escravidão e as questões raciais em volta da mesma, se enlaçavam na construção da identidade social e cultural do Brasil.

Os anos prévios ao 13 de maio de 1888, se configuraram como um jogo de interesses políticos, onde foram estabelecidas inúmeras alianças partidárias em prol de benefícios pessoais e coletivos. Essa movimentação, que apresentava um forte discurso de emancipação e de reforma política, colocou em pauta a escravidão, que gerou grandes aliados de elite para as sociedades abolicionistas. Essas relações se deram em vários espaços como “Bahia, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, contando com a participação da elite social: viscondes, barões, ocupantes de bons postos públicos e com acesso a partidos, se configurando como um abolicionismo de elite” (ALONSO, 2015, p. 39).

Por incontáveis momentos a ideia de extinção do escravismo foi colocada como uma pauta política, principalmente durante manifestações de rebeldia dos escravos, que colocavam os grandes senhores em posição de defesa, temendo por uma maior reivindicação social que pudesse colocar em risco seu patrimônio e bem-estar pessoal. “Receosos com as reações escravas, políticos e outras autoridades, passaram a compreender a escravidão como uma instituição que precisava ser combatida, como um meio de garantir a segurança dos brancos”, como ressalta Wlamyra Albuquerque (2018, p. 346) na obra *Dicionário da Escravidão e*

Liberdade. A partir dessa análise, observa-se a forma como foi sendo moldada a relação entre as autoridades políticas e o movimento abolicionista.

A representação política e social nos jornais *Pacotilha* (MA) e *O Asteroide* (BA)

Os jornais que compõem este trabalho pertencem a um conjunto de periódicos configurados como parte da imprensa que se inseria no viés abolicionista. Apesar de ambos estarem incorporados nesse contexto, cada um apresenta características de representação de suas ideias de formas diferentes. São jornais com espaços de circulação distintos, com proporções por ora semelhantes no que se refere ao discurso abolicionista, mas voltados para públicos diferentes. Os jornais investigados são *Pacotilha* (Maranhão) e *O Asteroide: organ da propaganda abolicionista* (Bahia) datados de 1887, 1888 e 1889.

O jornal *Pacotilha* (MA) foi fundado em outubro de 1880, por Victor Lobato, estando inserido no contexto abolicionista. A princípio, o jornal adotava um caráter imparcial, sem filiação política e tinha por objetivo ser um periódico popular, onde a população estava sendo chamada para expressar suas ideias em prol de um Maranhão civilizado. Mostrava-se como um jornal abolicionista e republicano. Suas primeiras edições se estruturavam com um perfil literário, dando espaço para crônicas e poesias, mas após as modificações na estrutura física do periódico e nas suas abordagens, os jornais passaram a apresentar anúncios e notícias internacionais. Em 1886, o jornal contou com a participação de Agripino Azevedo em sua redação.

Com uma posição definida e objetiva, muito bem traçadas, *O Asteroide* teve sua primeira edição circulada em 23 de setembro de 1887 na Cidade da Cachoeira, no estado da Bahia, como um órgão da propaganda abolicionista, como o próprio subtítulo já sugeria. Sua circulação acontecia as terças e sextas-feiras, tendo como redator o advogado José Theodoro Pamponet que se colocava a serviço da população negra que busca legitimar seus direitos. O jornal foi um intenso mecanismo de denúncias às condições inseguras em que a população negra estava sendo exposta, além disso, colocaram em evidencia os ataques praticados pelas autoridades políticas e o abuso de poder por parte das autoridades policiais. O nome do jornal representava a clareza do ideal abolicionista, significava a luz que se buscava para a emancipação do escravo e igualmente, para a emancipação do povo.

A escolha de jornais que funcionavam em diferentes espaços, tem por objetivo analisar duas províncias que desencadearam importantes manifestações no processo abolicionista,

sendo necessários para compreendermos as resistências e lutas diante do sistema escravocrata. Primeiramente temos o Maranhão, onde a economia era proveniente da mão de obra escrava, mas com a proibição do tráfico negreiro internacional, em 1850, passou de importador para exportador de cativos, onde grande parte era enviada para o Sudeste. Embora envolta nesse quadro, o Maranhão, as vésperas da abolição, ainda era uma das províncias com um relevante número de cativos.

O Maranhão chegou a se configurar como a quinta maior província em importância econômica, e isso se deveu à entrada maciça do braço africano. Por isso, por mais que a província tenha exportado uma boa parte da sua mão-de-obra, os africanos e seus descendentes, já crioulos, ainda podiam ser encontrados em grandes quantidades na província ao final do XIX (SILVA, 2014, p. 33).

A Bahia por sua vez, além de ter uma economia exportadora sustentada pelo sistema escravista, possuiu um dos maiores portos de entrada de escravos traficados, sendo palco para grandes revoltas escravas. Foi uma das principais províncias com mais representantes políticos no Império, como destacou Salles (2012, p. 7) “a Bahia teria um papel de destaque, tendo estado à frente 1/3 dos gabinetes imperiais, podendo-se mesmo falar de um ‘baianismo’ característico da política do Segundo Reinado”. Outro destaque se refere ao histórico da repressão da elite política baiana aos jornais que de alguma forma colocavam em questionamento a vida política provincial.

A imprensa como mediadora das relações dos abolicionistas com a elite política

O Asteroide, como jornal de pequena imprensa, exercia um discurso totalmente em prol do abolicionismo, noticiando em cada página não só as lutas da população negra, mas um sonho de libertação que talvez o povo, os considerados marginais, ainda não tinha sentido o prazer de desfrutar. Como expressado na página um da primeira edição do jornal em 1887, apesar do massacre exercido pelos escravocratas, as ideias abolicionistas foram se engrandecendo e criando incomuns adeptos. O jornal divulgava matérias produzidas em outras províncias, e colocavam em evidência as medidas que estavam sendo tomadas em outros espaços em relação ao fim do trabalho servil, era uma forma de convocar a população cachoeirense para se posicionar diante desses fatos.

A estrutura em que se construiu o periódico possibilitou ao seu leitor um meio de comunicação unicamente informativo e propagador das ideias abolicionistas, de forma que

não dava espaço para outras pautas se não o fim do sistema escravista. Porém, dentro desse roteiro, os assuntos envoltos faziam denúncias aos abusos policiais e políticos, os quais os principais alvos eram a população negra, que buscava de alguma forma manifestar suas indignações sociais e políticas. Um exemplo muito claro sobre esse abuso de poder, se configurou na pessoa de Joaquim Ignácio Albernaz, que ameaçou e agrediu integrantes do jornal *O Asteroide*, enquanto entregavam os periódicos aos seus assinantes. O jornal passou por um importante conflito que mostrou o quanto a voz negra incomodava os escravocratas, e o tanto que o movimento abolicionista estava mexendo na ferida mais profunda desses senhores.

O movimento abolicionista crescia e ganhava cada dia mais adepto. Diante das tentativas de silenciamento da redação do *Asteroide*, a reivindicação do povo mostrou que os mesmos sabiam prezar pelo seu título de cidadãos brasileiros. Em uma de suas colunas, que fazia homenagem aos cidadãos que travaram lutas contra autoridades policiais, intitulada de *Aos Martyres da Liberdade !!!*, o jornal reforçava a força popular e o contínuo desejo de libertação.

Morrer pela ideia é viver no coração da posteridade, é transformar a vida em doirada constelação no horizonte esplendido da immortalidade (...) Os tyranos nos atraçoam!! Não temeremos por certo as perseguições!!! ... Não... defenderemos o captivo com risco de nossa liberdade ou de nossa vida (...) Vivão os martyris da liberdade! Viva a abolição! Viva a imprensa abolicionista! Viva o poder da ideia! Viva a liberdade de pensar!!. (O *Asteroide*, nº5, 4 de outubro de 1887).

O *Asteroide* como manifestação do movimento abolicionista, foi barbaramente atacado, não só a redação do jornal, mas todos que o apoiavam eram alvos da elite e das autoridades políticas. Dentro da pauta abolicionista, o jornal colocava em destaque, além das denúncias, os desrespeitos aos direitos dos escravizados, aos maus tratos, assim como, as perseguições aos abolicionistas, que se tornaram frequentes à medida que o movimento ia ganhando apoio. A redação oferecia ainda seus serviços de advocacia, representada na figura de Jose Theodoro Pamponet, proprietário e editor do jornal.

José Theodoro Pamponet oferece seus serviços ao abolicionismo d'esta comarca. Os escravizados, que se julgarem com direito a suas liberdades, quer por effeito da lei de 7 de novembro de 1831, quer por outra lei, podem procura-lo n'esta cidade, no ecriptorio deste Jornal. (O *Asteroide*, nº 4, outubro de 1887)

Em 30 de setembro de 1887, em sua terceira edição, *O Asteroide* com o título *As Duas Leis de 28 de setembro*, exaltava a grandeza da lei que tornara livre os filhos das mulheres

escravizadas (28 de setembro de 1831), porém repudiava a lei dos sexagenários (28 de Setembro de 1885). Como um fator pacificador dos interesses de ambos, o Parlamento aprovou a Lei do Sexagenário, como uma forma de garantir a liberdade de escravos a partir dos 60 anos de idade. A lei era uma falácia, pois as condições em que estavam inseridas as pessoas escravizadas tornava inviável o alcance a essa faixa etária, além de abandonar os escravizados que já estavam inseridos nesse intervalo de idade a própria sorte, tendo em vista que não teriam amparo governamental nem acesso ao mercado de trabalho.

Colocou-se em evidência que “o algoz escravocrata, que esbofeteava a Mãe Pátria, era outro, se não o governo” (O Asteroide, nº 3, 30 de setembro de 1887). Mostrou-se como um jornal combativo, apto para expor as mazelas políticas, estabelecendo uma relação de conflitos com os partidos. As sessões anunciavam as novas alianças que estavam se formando, envolvendo a união do Partido Liberal com o Partido Conservador, que fazia um eixo em prol do sistema escravocrata. Foi considerado um dos maiores escândalos parlamentares, confirmando que a ideia política do Brasil era uma monstruosa mentira, apresentava o jornal.

Dantas teve que resgatar o poder. Saraiva (liberal) foi chamado e n’um pacto immoral com os conservadores, apresentou um projecto escravocrata, golpeando desapiadadamente a Constituição do Estado. Os escravizados tiveram um valor certo, pelo que perderam o direito de arbitramento. Saraiva porém, pela oposição que fizera-lhe o partido liberal, de cujas ideias havia feito apostazia, teve de ceder o poder aos conservadores antes mesmo de ser lei nacional, o seu monstruoso projecto. O partido conservador, porém, galgando o poder, fez converter em lei, o saraivico-projecto, e por deplorável, ironia o baptisou com a data de 28 de setembro de 1885. Seria ódio ou inveja? (O Asteroide, nº 3, 30 de setembro de 1887).

O fato narrado no dia 4 de outubro de 1887, citado anteriormente, sobre o caso envolvendo a figura do delegado Joaquim Ignácio Albernaz, onde o mesmo comandou o ataque aos abolicionistas, tendo o apoio de autoridades políticas, foi determinante para estabelecer a posição do Asteroide durante as eleições. No periódico de número 12, na primeira página do jornal estava estampada a coluna que tinha por título *Ao Eleitorado*, onde foi feita uma retomada de consciência sobre a forma como partidos e políticos vinham se posicionando em relação ao movimento abolicionista e a pauta escravista.

O jornal ressaltou em outras edições, que as alianças que foram estabelecidas entre os prós e os contra o abolicionismo, não foram apagadas da memória nacional, principalmente a subordinação dos chamados pseudo-liberais, que se mostraram a favor do movimento

abolicionista, mas na primeira oportunidade os golpearam. Era uma denúncia ao envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas. Mas, para além das críticas a política, houve campanha dos abolicionistas para as eleições na Assembleia Provincial. Em destaque estava:

O dr. Jesé Pereira texeira, moço popular, caridoso, reconhecido como o médico da pobreza; O dr. Arthur Rocha Lima, cujos méritos estão acima de todo o elogio, também deve merecer o vosso apoio. O primeiro, vós sabeis, pertence ao partido conservador. O segundo pertence ao partido liberal; ambos porem, sinceros em suas ideias, devotam-se a causa abolicionista. Sufragando estas duas candidaturas, e repellindo todas as mais, vós cidadãos eleitores, dareis uma sublime prova de vossa independência politica, de vosso civismo, de vosso amor a esta terra, ultimamente, tão abatido por esse que agora vos digam o voto (...). Abaixo a tyramnia! Viva a independência do voto (O Asteroide, 4 de novembro de 1887, nº 12).

Em 1888, nos momentos prévios ao 13 de maio, O Asteroide intensificava seu discurso abolicionista, e trazia à tona em uma de suas sessões, com o título *A Imprensa da Capital e o Abolicionismo*, a forma como a capital via a pequena imprensa abolicionista de Cachoeira. A imprensa era vista com desdém, porém representava uma luta contra os escravocratas que outros jornais, deslumbrados com as alianças políticas que fizera, não conseguiriam contemplar. O que mostrava o atraso no pensamento baiano sobre a construção da ideia da necessidade da abolição.

As críticas feitas pelos abolicionistas sobre os liberais colocaram em questionamento quais eram os interesses por trás das alianças que fizeram “O que justifica este proceder dos mais liberaes votarem com os mais escravocratas? Simples e puramente interesses partidários, sem justificação plausível” (O Asteroide, 31 de junho de 1888, nº86). Além disso, passou a observar a forma como vinha se reconfigurando o Partido Conservador.

O partido conservador neste paiz, pode-se dizer que tem uma denominação que não corresponde aos seus fins, nem ao seu programa (...) a denominação de conservador dada a um partido que proclama ideias liberaes e que se vivifica e conforta na opinião publica, é uma denominação que não corresponde às verdadeiras aspirações do partido (O Asteroide, 10 de Junho de 1888, nº 80) .

Em sua última edição, um ano após a publicação de seu primeiro número, O Asteroide se despedia de seus assinantes com a satisfação de ter colaborado com a conscientização do povo, e lutado sem ceder às pressões da elite, pelo desejo de liberdade. Em 1889, voltou com uma edição única nesse ano, para comemorar o dia 13 de maio.

Foi no dia 13 de maio do ano de 1888 que, depois de uma luta ingente, onde se chocavam os interesses pecuniários de muitos, com os interesses de patriotismo de todos, em pró de uma raça infeliz que vivia mas não gosava, sentia, mas não ousava pronunciar-se, sofria mas não gemia, nem ousava queixar-se! (...) N'esse dia para sempre memorável, a soberania do povo fez ceder a soberania do throno. O governo inclinou-se diante do prenunciamento popular; e então cahio a bastilha brasileira, diante da Lei N. 3353 que firmou a completa liberdade no solo do Gigante Americano (O Asteroide, 13 de maio de 1889, n°100).

Assim como O Asteroide, a Pacotilha surgiu no contexto do movimento abolicionista, e se configurava a princípio como um jornal independente, sem vinculação político-partidária. O noticiário do jornal dividia suas páginas com anúncios, sessões literárias, além do espaço destinado a colaboração do público, onde é possível observar uma maior discussão política e pautas que envolviam a escravidão.

Apesar do jornal se posicionar enquanto abolicionista, por alguns momentos esse posicionamento é confundido. Em comparação ao que aconteceu na redação do Asteroide, ser abolicionista significava não compactuar com qualquer ação que legitimava os escravocratas. Por exemplo, o anúncio sobre as fugas, que eram feitas a pedido dos donos dos escravos, onde era oferecida uma recompensa. Segundo o jornal abolicionista baiano, não noticiar as fugas escravas era uma forma de demonstrar apoio à resistência dos escravizados à situação de cativeiro, tendo em vista que os mesmos estavam sob seus direitos.

Levando em consideração todo o processo histórico da Pacotilha, afim de melhor compreender a forma como a imprensa estava noticiando as relações entre os abolicionistas e a elite política, será relevante fazer um pequeno recuo em algumas edições anteriores a 1888. Fazendo um paralelo com o que acontecia com O Asteroide, que circulava em um espaço distante da capital, a Pacotilha se posicionava timidamente, trazendo para as sessões dos jornais um caráter mais popular, onde eram lidas as diferentes manifestações sociais, que foi estabelecida como uma de suas características iniciais. Logo, as relações que colocavam em pauta a posição da elite e dos políticos em relação à escravidão, estavam em evidencia na sessão de *Publicações a Pedido*.

Ao reportar ao ano de 1884, quatro anos antes da aplicação da Lei n° 3.353, uma das publicações que compunha o jornal do dia 10 de outubro, apresentava o título *O Abolicionismo Revolucionario*, redigida pelo conservador Ricardo de Carvalho. A publicação demonstrava o quanto temiam os proprietários de escravos às manifestações abolicionistas que vinham ganhando cada vez mais apoio popular.

A abolição repentina do elemento servil é a grande preocupação nacional neste momento. A abolição repentina do elemento servil é o pesadelo do commercio. A abolição repentina do elemento servil é, pois, uma questão de interesse geral da pátria; uma questão política, uma questão de administração, uma questão econômica. A política, a boa política exige que, sem perda de tempo nem desperdícios de forças, a abolição revolucionária seja combatida e condenada pelo eleitorado (...) Animar a propaganda revolucionária na sua vertiginosa carreira: eis o que tem feito o actual ministério (...) É necessário agora tratar de não perder os capitaes que restam e as vidas empenhadas n'essa luta gigantesca contra o abolicionismo revolucionario do governo (Pacotilha, 10 de outubro de 1884, n° 260).

Além de visualizar a abolição como um dano prejudicial à política, a economia e a sociedade, Ricardo Carvalho via no projeto abolicionista uma desmoralização do país.

A posição em que se acha o império debilita-o no interior com essas manifestações revolucionarias e desacredita-o no exterior provocando e animando os inimigos do Brazil, a exerceram sobre nós uma pressão desagradável e desmoralizadora (...) E é isto que não pode nem deve continuar. A emancipação legal, porque legal é a propriedade escrava, eis o que o paiz deseja (Pacotilha, 4 de outubro de 1884, n° 260).

Na mesma edição, já na página seguinte, a redação surge com uma nota critica aos escravocratas destinada *Ao Corpo Eleitoral da Provincial*. No texto, o autor reforça que todo candidato que se mostra favorável ao escravismo, não é digno de seu voto. Ao citar nomes de personalidades escravocratas, que eram verdadeiros inimigos sociais, aparece o de Ricardo Carvalho, o mesmo que ocupava uma de suas sessões colaborativas.

A escolha de candidatos confessadamente escravocratas, como os srs. Gomes Castro, Ricardo Carvalho, João da Matta etc., é um perigo, que os que tem a peito o seu bem estar futuro cumpre evitar. Os homens intolerantes, que nada querem conceder às exigências da civilização, do progresso da opinião publica (Pacotilha, 10 de outubro de 1884, n° 260).

Ao analisar a edição de 1884, é possível compreender como funcionava a dinâmica do jornal e a forma como o mesmo apresentava as relações políticas. Se pegarmos um jornal que surgiu totalmente abolicionista como O Asteroide, que era de pouco acesso, e colocar em comparação com um jornal que circulava na capital, se torna muito mais perceptível as influências que esse jornal tinha sob a população. Ainda que tenha nascido no contexto abolicionista, a Pacotilha ainda reproduzia alguns discursos que colocava em questão o real posicionamento do jornal. Mas, como pontua o Josenildo Pereira (2006) “o jornal Pacotilha era, em relação aos outros jornais, o que menos publicava anúncios de compra, venda e aluguel de escravos” (PEREIRA, 2006, p. 102).

Em 1887, o jornal Pacotilha relatou um conflito entre abolicionistas e a oposição que aconteceu no Rio de Janeiro, o que demonstrava que as relações entre o poder político e o movimento pela emancipação estavam cada vez mais em discrepância.

A reunião abolicionista, na qual tomavam parte mais de 1,000 pessoas, e que se effectuava no teatro desta cidade, foi brucasmente interrompida por grande grupo de capangas que invadiu o teatro e, disparando tiros de revolver e de garrunchas, poz tudo em desordem e confusão. Alguns cidadãos foram gravemente feridos pelas balas dos sicários (...) Esta façanha tinha por objetivo assassinar a Carlos Lacerda – chefe abolicionista (Pacotilha, 21 de fevereiro de 1887, n° 43).

Ainda que não fosse evidente a consolidação de um movimento abolicionista atuante dentro desse jornal, não podemos negar a existência de grupos que deram voz ao combate do sistema escravista. Segundo Marcos Aurelio Santos Pereira (2007) para os senhores e proprietários de escravos, qualquer discurso com teor abolicionista era considerado com um “abolicionismo revolucionário”, mas o autor destaca que “tal tipo de abolicionismo foi inexistente no Maranhão, ao menos através da imprensa” (PEREIRA, 2007, p. 18).

Considerações finais

Ao longo das investigações feitas para identificar através da imprensa as relações que se desenvolveram entre abolicionistas e autoridades políticas, o que fica em evidencia são as alianças se formaram em prol de um poder que ultrapassava o campo socioeconômico. Como parte dessas relações, o papel exercido pela imprensa foi de notória importância para compreender a dinâmica social e política, que foram colocadas em prática sob uma perspectiva de um de jornal de impacto como a Pacotilha, que apesar de adotar um caráter abolicionista, em determinados momentos sua posição era questionada. E um jornal pequeno, como O Asteroide, que apesar do espaço e do reduzido publico que tinha acesso, sofreu grandes repressões da elite.

REFERÊNCIAS

- **Fontes Primárias**

Jornal *O Asteroide* (BA) – 1887-1889

Jornal *Pacotilha* (MA) – 1887-1889

- **Bibliografia**

ALONSO, Ângela. **Votos, flores e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015).

CHAVES, Cleide de Lima. **A economia baiana e platina no século XIX: a integração regional**. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_I/cleide_lima_chaves.pdf (Último acesso: 10/09/2018 às 17:56).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 6º ed.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. Os defensores do escravismo na imprensa ludovicense. **Outros Tempos**, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 77-97.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**. Guarulhos, n.94, p.5-45, 2012.

SCHWARCZ, Lília M. GOMES, Flávio. (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Régia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Revista de História UEG** – Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, 2014.